

Recém-licenciados em Medicina: Leonor Beleza não desiste da guerra

Os estudantes da Faculdade de Medicina do Porto entraram em greve por tempo indeterminado, em solidariedade com os recém-licenciados em medicina.

Em causa está o decreto que regulamenta o novo sistema de internato geral e no qual, segundo os novos médicos, «são retiradas regalias sociais e monetárias».

Álvaro Beleza, membro da comissão de candidatura ao internato geral, disse que os recém-licenciados repudiam as afirmações feitas recentemente pelo ministro da Saúde de que «o estágio não é trabalho».

Para os novos médicos, «internato geral é um trabalho como qualquer outro que, presentemente, assegura 70 por cento dos serviços de urgência nos hospitais e enfermarias».

Referindo-se ao local onde os recém-licenciados terão que prestar o internato geral, Álvaro Beleza disse que «não se importam de serem colocados nos hospitais periféricos ou nos do interior».

O membro da comissão de candidatura ao internato geral informou ainda que «vão escrever uma carta ao ministro da Saúde desafiando-o para um debate televisivo».

«O período de estágio dos jovens médicos do internato geral não pode ser considerado trabalho, mesmo que disfarçado» — repetiu entretanto, Leonor Beleza, a propósito da entrada em vigor, ainda esta semana, do decreto-lei que altera o estatuto das carreiras médicas.

O motivo de apreensão para muitos jovens médicos, o novo estatuto, cujo texto ainda não foi divulgado é que segundo a ministro da Saúde será publicado ainda esta semana no «Diário da

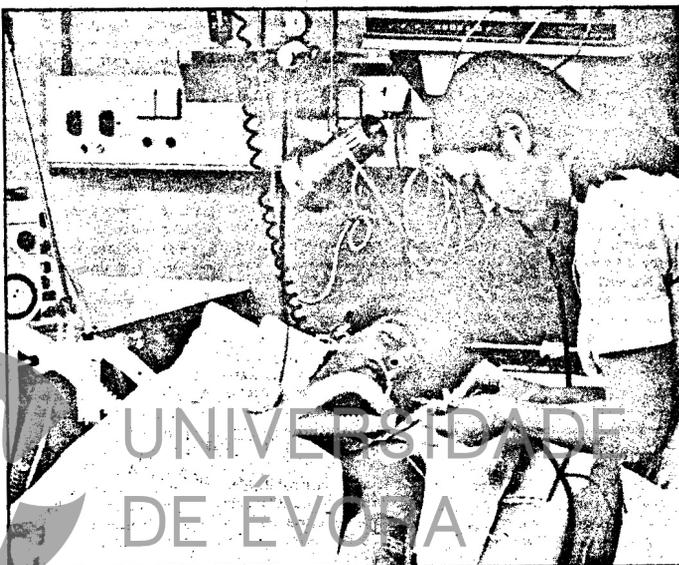
República», deu já origem a avisos de greve do Sindicato dos Médicos da Zona Sul e de um apelo da Ordem dos Médicos à manutenção, durante 24 horas, sexta-feira, de assistência reduzida em todos os serviços dependentes do Ministério da saúde.

Disposta a não recuar perante as ameaças, Leonor Beleza afirmou ontem à NP que as alterações efectuadas atribuem aos jovens licenciados um subsídio no valor equivalente à remuneração que anteriormente recebiam, quando eram equiparados à letra G da função pública.

A ministra da Saúde esclareceu que as alterações efectuadas ao estatuto do internato geral «vem clarificar que os jovens licenciados não são funcionários públicos, nem estão empregados pelo Estado durante o tempo de estágio».

Por outro lado, sublinhou, «o novo estatuto garante que o período de estágio não é o de um trabalho disfarçado, mas sim, de aprendizagem. Os jovens licenciados não estão nos hospitais para suprir dificuldades de pessoal e sim para aperfeiçoamento».

As alterações introduzidas retiram, assim, aos jovens licenciados o vínculo ao funcionalismo público que lhes era garantido «em certos aspectos no texto do anterior estatuto, mais ambíguo» — referiu ainda a ministro da Saúde.



Leonor Beleza, que afirmou estranhar e não compreender o que pretende a Ordem dos Médicos ao apelar para a realização de uma assistência reduzida, sexta-feira, nos serviços dependentes do Ministério da Saúde, acrescentou não ter aquele organismo competência para decretar medidas desse tipo.

«Vamos aguardar e procurar manter as pessoas informadas», disse Leonor Beleza, sublinhando que «o texto do decreto-lei agora alterado não foi ainda divulgado porque se estava à espera da sua promulgação».

Sobre a demora no início de funções dos jovens médi-

cos do internato geral, adiado para 1 de Fevereiro, Leonor Beleza afirmou que isso se deveu à necessidade de alterar o estatuto, sublinhando que «ela não é assim tão grande: há dois anos eles também começaram um mês mais tarde».

A ministra da Saúde reaffirmou que não haverá lugar nos hospitais para todos os policlinicos que, no fim de Janeiro, terminam o internato geral.

«São cerca de 1150, mais 223 que não puderam entrar no último concurso. Para estes o anterior ministro dera já garantias de emprego e esse compromisso vai ser assumido. Mas é certo que não

podemos assegurar trabalho a todos os outros» — salientou.

Leonor Beleza anunciou também que o concurso para o internato complementar vai abrir em breve, prevenindo-se no fim de Março os candidatos façam o exame.

Referindo-se aos problemas verificados com os serviços de urgência dos hospitais de Lisboa, garantiu que «as verbas necessárias para a abertura de bancos nos hospitais Egas Moniz e Pulido Valente serão desbloqueadas e asseguradas também os equipamentos e pessoal que se demonstre serem precisos».

«O assunto está a ser coordenado directamente pelo meu gabinete, em colaboração com o director dos serviços de urgência dos Hospitais Cívicos de Lisboa, estando actualmente a ser estudada a hipótese de utilização de edifícios próximos daqueles dois hospitais, a afectar para as urgências», — acrescentou.

«Estamos a adoptar procedimentos de urgência na resolução do problema das urgências, que não se compadece com demoras de aberturas de concursos para a realização de obras, que levam dois ou mais anos a executar. É necessário utilizar processos mais expeditos», disse Leonor Beleza, que acrescentou não haver ainda uma data certa para a abertura daqueles serviços nos Egas Moniz e no Pulido Valente.

Leonor Beleza, que ontem conferiu posse ao director-geral dos Cuidados de Saúde Primários, Henrique de Jesus, sublinhou no acto ter assim sido preenchido um lugar chave da orgânica do seu Ministério.

«Há ainda um mundo de tarefas a empreender na clarificação necessária e na implementação efectiva dos centros de saúde e na articulação dos cuidados primários com os cuidados diferenciados, na criação das condições para que os médicos de clínica geral sejam os médicos de família que ambicionamos» — acrescentou.

Leonor Beleza conferiu, também ontem posse ao presidente da comissão instaladora da Administração Regional de Lisboa, Frutuoso de Melo, e aos vogais daquela comissão.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de Trabalho

